

PLANO DE TRABALHO

para a Revisão do Ordenamento

Pesqueiro da Bacia Rio Paraguai



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO PÔVO BRASILEIRO



1. INTRODUÇÃO

1.1. A Bacia do rio Paraguai e importância do plano de trabalho

A Região Hidrográfica do Paraguai corresponde à porção brasileira da bacia hidrográfica do rio Paraguai, que também se estende pelos territórios da Bolívia, Paraguai e Argentina. O rio Paraguai constitui o principal curso d'água da bacia, e é também o principal canal de drenagem da planície pantaneira, com extensão total de 2.695 km, dos quais 1.683 km estão em território brasileiro.

A área da bacia no Brasil é de 362.259 km², sendo 52% situada no estado de Mato Grosso e 48% em Mato Grosso do Sul. No território nacional, a bacia do rio Paraguai é dividida em 13 Unidades de Planejamento e Gestão (UPG): sete em Mato Grosso (Jauru; Alto Paraguai Médio; Alto Paraguai Superior; Alto Rio Cuiabá; São Lourenço; Correntes-Taquari; Paraguai-Pantanal) e seis em Mato Grosso do Sul (Correntes; Taquari; Miranda; Negro; Nabileque; Apa). Em função do relevo, 214.685 km² da bacia localizam-se em áreas de planalto, enquanto 147.574 km² correspondem à planície de inundação, conhecida como Pantanal (BRASIL, 2006; ANA, 2018).

O Pantanal constitui uma das maiores extensões alagáveis do planeta. Foi reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, incluído na lista da Convenção de Áreas Úmidas de Importância Internacional (RAMSAR) em 1993 e declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO em 2000 (ANA, 2018). A região é considerada um *hotspot* de serviços ecossistêmicos, biodiversidade e modos de vida adaptados às suas condições ecológicas (TOMAS *et al.*, 2019; BOLZAN *et al.*, 2022; CHIARAVALLOTTI *et al.*, 2022).

Além da planície de inundação, as áreas de planalto exercem papel fundamental na manutenção da dinâmica hídrica e da ictiofauna. O planalto atua como produtor de água e sedimentos transportados para a planície. As chuvas nas cabeceiras dos rios, associadas às características geomorfológicas locais, são responsáveis pelos pulsos de inundação que marcam o bioma Pantanal, criando ambientes aquáticos variados que influenciam a diversidade e a abundância das espécies de peixes (FERNANDES *et al.*, 2010; FERNANDO *et al.*, 2025).

A pesca é uma das atividades econômicas mais relevantes do Pantanal, exercida em modalidades de subsistência (populações ribeirinhas e indígenas), profissional-artesanal (colônias, associações e federações estaduais) e amadora/esportiva, associada ao turismo, incluindo a captura de iscas vivas (ANA, 2018; CHIARAVALLOTTI *et al.*, 2022).

De acordo com o Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira Profissional (2024), encontram-se cadastrados 11.071 pescadores e pescadoras no estado de Mato Grosso e 7.386 no estado de Mato Grosso do Sul (MPA, 2025). Esses números evidenciam a expressiva representatividade da pesca profissional-artesanal na bacia do

rio Paraguai e reforçam a necessidade de um ordenamento pesqueiro atualizado e alinhado às demandas socioeconômicas e ambientais da região. A dimensão desse contingente de pescadores demonstra a relevância da atividade tanto para a subsistência das comunidades quanto para a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos, justificando a revisão da Instrução Normativa nº 201/2008.

Segundo levantamento da ANA (2018), o desembarque totalizou 4.995 toneladas, destacando-se o pintado (23%), o pacu (16%) e o piavuçu (12%). Outras espécies, como piraputanga, jau, barbado, piau, jurupoca, pacuapeva e jurupensém, variaram entre 1,7% e 5,5%. O dourado (38 t) e o curimbatá (30 t) apresentaram menor desembarque devido a restrições normativas.

No levantamento realizado por Fernando *et al.* (2025) no Alto Paraguai, foram registradas 342 espécies de peixes nativos e cinco exóticas. Entre os nativos, destacam-se: 135 Siluriformes, 128 Characiformes, 19 Cichliformes, 21 Gymnotiformes, 22 Cyprinodontiformes, sete Myliobatiformes, dois Beloniformes, dois Clupeiformes, dois Perciformes e dois Synbranchiformes; além de uma espécie de Ceratodontiformes e uma de Pleuronectiformes. As famílias mais representativas foram Characidae (72 espécies), Loricariidae (46), Cichlidae (18), Callichthyidae (16) e Pimelodidae (16), responsáveis por 49% da riqueza total. Entre as espécies introduzidas encontram-se tucunarés (*Cichla piquiti*, *C. kelberi*), tilápias (*Coptodon rendalli*, *Oreochromis niloticus*) e o guppy (*Poecilia reticulata*).

A atividade pesqueira e o turismo enfrentam pressões de atividades antrópicas, sobretudo no planalto, em decorrência do assoreamento dos rios, do uso de agrotóxicos e do aumento da carga de nutrientes. Além disso, a previsão de implantação de mais de uma centena de usinas hidrelétricas sem planejamento tem causado preocupação (CALHEIROS *et al.*, 2018)

O ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraguai é estabelecido pela Instrução Normativa nº 201, de 22 de outubro de 2008, que dispõe sobre as normas gerais de uso sustentável dos recursos pesqueiros na região. Trata-se de uma norma com 17 anos de vigência, que se encontra defasada diante das profundas mudanças socioambientais ocorridas na bacia nesse período.

Diante da relevância ecológica e socioeconômica da bacia do rio Paraguai, a revisão do ordenamento pesqueiro torna-se imprescindível para assegurar a sustentabilidade da atividade, a conservação dos ecossistemas aquáticos e a manutenção dos modos de vida tradicionais.

1.2. Objetivos do plano de trabalho

O presente Plano de Trabalho tem por objetivo apresentar o processo de condução, bem como as etapas e o cronograma da revisão da Instrução Normativa nº

201, de 22 de outubro de 2008, que estabelece o ordenamento pesqueiro da bacia hidrográfica do rio Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

1.3. Objetivos específicos:

- a) Definir a metodologia a ser empregada na revisão das normas de ordenamento da pesca na bacia do rio Paraguai;
- b) Estabelecer um cronograma detalhado com as etapas do processo de revisão normativa;
- c) Apresentar os mecanismos de discussão participativa, garantindo o envolvimento dos pescadores(as), pesquisadores(as), gestores e demais atores sociais, de forma a assegurar que a revisão se fundamente tanto no conhecimento científico quanto nos saberes tradicionais das comunidades pesqueiras.

1.4. Justificativas

A Rede Pesca Brasil retoma o formato de discussão participativa na gestão pesqueira, composta por representantes de órgãos e entidades da administração pública (federal, estadual, distrital e municipal) e da sociedade envolvidos com a atividade pesqueira. Sua estrutura contempla um banco técnico-científico e 10 (dez) comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

O estabelecimento dos Comitês Permanentes de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (CPGs), da sua estrutura e dos instrumentos de planejamento, contribui para o aprimoramento da gestão pesqueira por meio da Rede Pesca Brasil. Esses comitês são imprescindíveis para uma gestão e ordenamento da atividade pesqueira no país pautada no diálogo entre governo e sociedade civil, envolvendo de forma eficiente, o usuário dos recursos pesqueiros no processo de gestão, desde a tomada de decisão à implementação, aplicação e monitoramento das medidas de ordenamento.

Assim, são recorrentes as discussões sobre a necessidade de revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraguai nas reuniões ordinárias do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul). Esses debates vêm sendo retomados desde 2022, no âmbito da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), conforme as recomendações destacadas no Quadro I.

Quadro 1. Recomendações do CPG Bacias do Centro-Sul relacionadas a bacia hidrográfica do rio Paraguai

SESSÃO	DEMANDA
1ª SESSÃO ORDINÁRIA São Paulo/SP, 24 e 25 de outubro de 2022	RECOMENDAÇÃO 8/2022: O grupo técnico-científico (GTC) Centro-Sul deverá avaliar a possibilidade de padronização das normas federais sobre os períodos de defeso e dos tamanhos mínimos de captura das espécies que ocorrem nas bacias do rio Paraná e do rio Paraguai, nos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.
	RECOMENDAÇÃO 9/2022: Avaliar a possibilidade de padronização das normas federais e estaduais sobre os tamanhos mínimos de captura das espécies que ocorrem nas bacias do Centro-Sul.
2ª SESSÃO ORDINÁRIA Campo Grande/MS, 26 de outubro de 2023	RECOMENDAÇÃO 4/2023: Publicar a norma de ordenamento do Pintado
	RECOMENDAÇÃO 5/2023: Solicitar ao MMA que inicie a elaboração do Plano de Recuperação da Piracanjuba (<i>Brycon orbignyanus</i>).
4ª SESSÃO ORDINÁRIA Brasília/DF, 25 e 26 de março de 2025	RECOMENDAÇÃO 04/2025: Formar grupo de trabalho para o Plano de revisão/proposição de ordenamento pesqueiro na Bacia do Rio Paraguai.

2. DEFINIÇÃO DA EQUIPE

A revisão será conduzida por uma equipe multidisciplinar composta por representantes de:

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Representantes do setor pesqueiro;
- Universidades e instituições de pesquisa.

3. ETAPAS E METODOLOGIAS

A revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraguai será conduzida no âmbito da Gestão Compartilhada entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e será pautada em discussões participativas e efetivas com pescadores, pesquisadores, gestores e outros atores envolvidos, garantindo que a revisão seja baseada em conhecimento científico e conhecimento tradicional.

Neste Plano de trabalho, apresenta-se a descrição de todas as atividades a serem desenvolvidas na revisão do ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros da bacia hidrográfica do rio Paraguai.

3.1. Etapa 1 - Diagnóstico da pesca na Bacia do Alto Rio Paraguai

Esta etapa consistirá na elaboração de um diagnóstico abrangente sobre a atividade pesqueira na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai. O objetivo é subsidiar a revisão normativa com base em uma caracterização atualizada e detalhada dos sistemas de pesca, das espécies alvo e dos contextos socioeconômicos envolvidos. O diagnóstico será construído a partir de duas abordagens complementares:

(i) Dados secundários: será realizada uma ampla revisão bibliográfica e documental da literatura científica e técnica disponível sobre a pesca na bacia, incluindo estudos sobre a biologia reprodutiva, dinâmica populacional e distribuição das principais espécies explotadas. Também serão sistematizados os dados existentes junto a instituições de pesquisa e órgãos governamentais, com destaque para os estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa Pantanal, que reúne informações sobre a ictiofauna, biologia e conservação de espécies aquáticas.

(ii) Dados primários: conforme previsto na Etapa 3.6, serão realizados levantamentos de campo e oficinas participativas para a escuta direta de pescadores e pescadoras ao longo da bacia, com o intuito de captar informações sobre os ciclos produtivos, os desafios enfrentados, o uso de petrechos, os períodos críticos para a reprodução e a percepção local sobre a sustentabilidade da pesca. Essa coleta de dados primários será essencial para complementar e validar as informações secundárias, incorporando os saberes tradicionais e o conhecimento empírico das comunidades pesqueiras.

A integração dessas fontes permitirá uma visão mais completa e contextualizada da pesca na Bacia do Rio Paraguai, servindo como base técnica para a formulação de propostas de ordenamento ajustadas às realidades ecológicas e sociais da região.

3.2. Etapa 2 - Discussão sobre o Plano de Trabalho com os membros Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul) e aprovação do Plano de Trabalho

O estabelecimento dos Comitês Permanentes de Gestão da Pesca (CPGs), bem como de sua estrutura e dos instrumentos de planejamento, é fundamental para assegurar uma gestão e um ordenamento eficazes da atividade pesqueira no país. Tal gestão deve ser pautada no diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil, envolvendo de maneira eficiente os usuários dos recursos pesqueiros em todas as

etapas do processo, desde a tomada de decisão até a implementação, aplicação e monitoramento das medidas de ordenamento.

Conforme disposto na Portaria de Pessoal MPA nº 300, de 05 de agosto de 2025, que trata da designação dos membros do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Centro-Sul (CPG Bacias do Centro-Sul), o Plano de Trabalho foi encaminhado para apreciação consultiva dos membros portariados, em conformidade com o regimento interno do Comitê, com o objetivo de receber contribuições e realizar eventuais ajustes considerados pertinentes.

Após a consolidação das contribuições recebidas, o plano foi apresentado na 5^a Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul). A reunião ocorreu nos dias 10 e 11 de setembro de 2025 em Três Lagoas/Mato Grosso do Sul, com a presença dos membros do Comitê e dos principais atores envolvidos na pesca nas bacias hidrográficas dos rios Paraná e Paraguai. Mais informações sobre a reunião estão disponíveis no portal do MPA, por meio do seguinte link: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca-amadora-e-esportiva/rede-pesca-brasil/comites-permanentes-de-gestao-cpgs/cpg-bacias-centro-sul>.

3.3. Etapa 3 - Consulta pública do Plano de Trabalho na Plataforma Brasil Participativo

Considerando a aprovação do Plano de Trabalho na 5^a Reunião Ordinária do CPG Bacias Centro-Sul, este plano será submetido à consulta pública na plataforma Participa + Brasil (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial>), com o objetivo de receber novas contribuições da sociedade civil, pesquisadores, gestores estaduais e municipais para a proposição de medidas de ordenamento que precisam ser atualizadas e amplamente discutidas durante o processo de revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraguai.

A plataforma Participa+Brasil é um canal aberto à participação popular para a sugestão de criação e de melhorias das políticas públicas do país. A proposta é que, por meio desse canal, qualquer pessoa com cadastro no Gov.Br poderá enviar suas contribuições.

Com essa consulta, espera-se ampliar a participação de pescadores, comunidades, pesquisadores, gestores e outros atores na construção coletiva do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraguai, tornando o processo mais transparente e representativo. O público cadastrado poderá contribuir de forma qualificada com sugestões e propostas para aprimorar o documento, fortalecendo a participação social na definição das diretrizes para a gestão sustentável da pesca.

3.4. Etapa 4 - Instituição do grupo de trabalho

Considerando a aprovação deste Plano de Trabalho durante a 5^a Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul e a Recomendação nº 4/2025, estabelecida na 4^a Reunião, que trata da formalização do Grupo de Trabalho para discussão da revisão da Instrução Normativa nº 201/2008 que estabelece o ordenamento pesqueiro na bacia hidrográfica do rio Paraguai, conforme deliberado na referida reunião do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), realizada nos dias 25 e 26 de março de 2025, em Brasília.

A instituição do grupo será realizada no segundo semestre de 2025, bem como sua organização e funcionamento, será regida pelo Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, que institui a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros – Rede Pesca Brasil, conforme disposto na Seção II – Dos grupos de trabalho.

§ 1º Os grupos de trabalho:

I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Ministério da Pesca e Aquicultura;

II - serão compostos por, no máximo, dez membros;

III - terão caráter temporário e duração de cento e oitenta dias; e

IV - estarão limitados a, no máximo, três em operação simultânea.

§ 2º Os grupos de trabalho serão compostos por integrantes dos comitês permanentes e por especialistas com comprovada experiência no tema a ser tratado.

§ 3º Os grupos de trabalho serão coordenados por membros dos comitês permanentes.

§ 4º O prazo de duração do grupo de trabalho de que trata o inciso III do § 1º poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 5º Cada grupo de trabalho deverá apresentar o relatório final de suas atividades ao comitê permanente.

Embora o Grupo de Trabalho seja constituído, por ato formal, exclusivamente por membros do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste – CPG Centro-Sul, designados pela Portaria de Pessoal MPA Nº 300, de 05 de agosto de 2025, tanto os integrantes do Comitê quanto os Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) poderão indicar convidados, eventuais ou permanentes, para integrarem e colaborarem nas atividades do Grupo de Trabalho (GT).

Essa medida visa ampliar o diálogo técnico e institucional, garantindo maior pluralidade nas discussões e experiências, sem comprometer a composição formal do grupo, conforme definido na portaria.

Após a instituição do Grupo de Trabalho, devidamente formalizada por portaria, será elaborado um cronograma de reuniões com o objetivo de promover o diálogo sobre o ordenamento pesqueiro das bacias do Paraguai e Alto Paraguai, envolvendo os diversos atores participantes. As reuniões serão realizadas de forma virtual, ao longo do segundo semestre de 2025, sob a coordenação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

3.5. Etapa 5 - Diálogo com as secretarias estaduais de Pesca e Meio Ambiente

A Bacias do Paraguai e Alto Paraguai abrangem partes dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o que exige uma abordagem integrada e transversal para o ordenamento pesqueiro. Nesse contexto, as secretarias estaduais de pesca desempenham um papel estratégico fundamental no processo de gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Essas secretarias são responsáveis pela implementação das políticas públicas estaduais voltadas à pesca, atuando na regulamentação, fiscalização, monitoramento e promoção da atividade pesqueira em seus respectivos territórios. Além disso, exercem um papel articulador entre os diversos atores envolvidos, como comunidades pesqueiras, órgãos ambientais, órgãos de controle e a sociedade civil.

A transversalidade das discussões é essencial para harmonizar as ações e estratégias adotadas em cada estado, garantindo que o ordenamento pesqueiro respeite as particularidades regionais, os ecossistemas locais e as demandas socioeconômicas. Essa colaboração interinstitucional fortalece o diálogo entre governo federal e estadual, promovendo a construção de um sistema de governança eficiente, que integra conhecimentos técnicos e saberes tradicionais.

Desta forma, este plano de trabalho contempla etapas específicas voltadas à articulação com as Secretarias Estaduais de Pesca e outras instâncias de gestão pesqueira, com o objetivo de promover sua integração ao processo de revisão do ordenamento pesqueiro.

As articulações visam possibilitar a participação dessas Secretarias nas reuniões do Grupo de Trabalho (GT), na condição de convidadas, de forma eventual. Essa participação tem como propósito contribuir com a construção das propostas de ordenamento a partir das particularidades da atividade pesqueira em cada estado, bem como subsidiar as discussões técnicas com informações e pareceres que refletem as especificidades regionais, fortalecendo a legitimidade e a efetividade do processo.

3.6. Etapa 6 - Discussão participativa junto aos pescadores e pescadoras da bacia do rio Paraguai

Considerando a importância de garantir um processo participativo e inclusivo junto aos pescadores e pescadoras da bacia do rio Paraguai, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) está em articulação para a execução de um Termo de Execução Descentralizada (TED). Esse instrumento possibilita a descentralização de créditos entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para a execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora, conforme estabelecido no respectivo Plano de Trabalho.

O objetivo central do TED é viabilizar a realização de discussões participativas ao longo de toda a bacia do rio Paraguai, junto aos pescadores e pescadoras, de modo a compreender suas percepções, experiências e propostas acerca da revisão da Instrução Normativa nº 201, de 22 de outubro de 2008, que estabelece o ordenamento pesqueiro da bacia.

3.7. Etapa 7 - Apresentação da minuta de portaria às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Considerando o avanço das discussões no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) e após as consultas realizadas com as secretarias estaduais de pesca, além das contribuições recebidas por meio da consulta pública na plataforma Participa+Brasil, entende-se que esta fase culminará na elaboração de uma minuta de portaria.

Essa minuta tratará da proposta de revisão da Instrução Normativa nº 201/2008, que estabelece o ordenamento pesqueiro na bacia hidrográfica do rio Paraguai.

A minuta será apresentada às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) no primeiro semestre de 2026, para análise e realização dos ajustes necessários, com vistas a assegurar a segurança jurídica do instrumento normativo.

Após essa etapa, a proposta será submetida à apreciação na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), também prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2026.

3.8. Etapa 8 - Apresentar a minuta de portaria na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul)

Após a apresentação da minuta de portaria às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no âmbito da Etapa 7, a minuta será submetida à 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), também prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2026.

3.9. Etapa 9 - Manifestação técnica do Grupo Técnico Científico do CPG Centro-Sul e das Secretarias Estaduais de Pesca e Meio Ambiente

Considerando que, após a aprovação da minuta de portaria pelos membros do CPG, o documento será encaminhado para manifestação do Grupo Técnico-Científico de assessoramento do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul), designado pela Portaria de Pessoal MPA nº 326, de 22 de agosto de 2024. Art. 2º Compete ao Grupo Técnico-Científico do CPG Centro-Sul:

- I - avaliar e fazer recomendações sobre as temáticas encaminhadas pelo CPG Centro-Sul;
- II - propor e apoiar tecnicamente a realização de estudos e pesquisas na gestão dos recursos pesqueiros;
- III - propor estratégias de monitoramento, controle e avaliação da gestão da atividade pesqueira;
- IV - fornecer e analisar informações da atividade pesqueira, incluindo dados biológicos, ecológicos, ambientais, econômicos e sociais;
- V - subsidiar tecnicamente a participação do Brasil nos fóruns nacionais e internacionais sobre a atividade pesqueira; e VI - elaborar relatório final sobre cada demanda apreciada e apresentar em reunião do CPG Centro-Sul.

A minuta de portaria também será encaminhada às Secretarias Estaduais de Pesca dos respectivos estados para as devidas manifestações.

3.10. Etapa 10 - Consulta pública da Minuta de Portaria na plataforma Participa + Brasil

Considerando a aprovação da minuta de portaria na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do

Centro-Sul), e posterior às devidas manifestações técnicas do Grupo Técnico-Científico do CPG Centro-Sul, bem como das Secretarias Estaduais de Pesca, a minuta de portaria será submetida à plataforma Participa + Brasil para consulta pública, aberta a contribuições.

Ressalta-se a importância desta consulta pública para garantir a transparência no processo de elaboração normativa, possibilitar a participação social, ampliar o debate técnico e incorporar sugestões que promovam a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, alinhando a norma às necessidades e expectativas dos diversos atores envolvidos.

Considerando a finalização desta etapa e as contribuições recebidas, os pareceres emitidos serão juntados aos autos, com vistas ao alinhamento técnico final entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), para posterior envio às Consultorias Jurídicas dos ministérios, garantindo a conformidade jurídica e a segurança normativa necessárias à edição da portaria.

4. SISTEMATIZAÇÃO DAS ETAPAS

Etapas	Descrição da etapa	Prazo
Etapa 1	Discussões sobre a revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do Rio Paraguai no Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul)	2022 a 2025
Etapa 2	Discussão e aprovação do Plano de Trabalho e aprovação na 5ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul)	Setembro de 2025
Etapa 3	Consulta Pública do Plano de Trabalho na Plataforma Participa + Brasil	Outubro de 2025
Etapa 4	Instituição do Grupo de Trabalho	Segundo semestre de 2025
Etapa 5	Diálogo com as secretarias estaduais de Pesca e Meio Ambiente	Segundo semestre de 2025

Etapa 6	Discussão participativa junto aos pescadores e pescadoras da bacia do rio Paraguai	Segundo semestre de 2025
Etapa 7	Apresentação da Minuta de Portaria às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Primeiro semestre de 2026
Etapa 8	Apresentação da Minuta de Portaria na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul)	Primeiro semestre de 2026
Etapa 9	Envio da Minuta de Portaria para manifestação técnica do Grupo Técnico-Científico do CPG Centro-Sul, bem como das Secretarias Estaduais de Pesca	Primeiro semestre de 2025
Etapa 10	Consulta pública da Minuta de Portaria na plataforma participa + Brasil	Segundo semestre de 2026

5. BIBLIOGRAFIA

ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). (2018) Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai: Resumo Executivo / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2018. Disponível em:
https://arquivos.ana.gov.br/portal/SAS/PRH_Paraguai/PF-02_PRH_Paraguai_Resumo_Executivo.pdf

ANA/FEA - Agência Nacional de Águas (Brasil)/ Fundação Eliseu Alves. (2016) Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai, no âmbito do Plano de Recursos Hídricos da RH-Paraguai – PRH Paraguai – Campo Grande, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/planos-e-estudos-sobre-rec-hidricos/plano-de-recursos-hidricos-rio-paraguai/grupo-de-acompanhamento/20a-reuniao-do-gap/esclarecimentos-abragel_respostaana.pdf

BRASIL. (2006) Caderno da região hidrográfica do Paraguai. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA.

BOLZAN, F. P.; PEREIRA, G. M.; TOMAS, W. M.; LOURIVAL, R.; SABINO, J.; SOUZA, F. L.; VALENTE-NETO, F.; CHIARAVALLOTTI, R. M.; GARCIA, L. C.; GUERRA, A.; NICOLA, R. D.; GARCIA, A. S.; FERNANDES, J. F. A.; SANTOS, C. C.; SCURF, M. C.; MARTINS, P. I.; BERNARDINO, C.; ROQUE, F. O. (2022). Monetary value of the ecosystem services of the Pantanal and its surroundings: First approximations and perspectives. In G. A.

Damasceno-Junior & A. Pott (Eds.), *Flora and Vegetation of the Pantanal* (pp. 767–783). Springer.

CALHEIROS, D. F.; CASTRILON S. K. I.; BAMPI, A. C. (2018). Hidrelétricas nos rios formadores do pantanal: ameaças à conservação e às relações socioambientais e econômicas pantaneiras tradicionais. *Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais*, v.9, n.1, p.119-139. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2018.001.0009>

CHIARAVALLOTTI, R. M.; CATELLA, A.; SIQUEIRA, A. L. (2022). Pesca Profissional Artesanal no Pantanal Sul: Histórico, Manejo dos Recursos e Recomendações para a Sustentabilidade. *Biodiversidade Brasileira*, v. 12, p. 1.

FERNANDO, A. M. E.; SEVERO-NETO, F.; FERREIRA, F. S.; MATEUS, L.; TONDATO-CARVALHO, K. K.; KASHIWAQUI, E. A. L.; GIMENES JUNIOR, H.; DOMINGUES, W. M.; PAVANELLI, C. S.; PINHO, H. L. L.; PENHA, J.; SÚAREZ, Y. R. (2025). Fish distribution across altitudinal gradients in the Upper Paraguay River Basin: Implications for conservation in the Pantanal region. *Conservation Science and Practice*, 7(7), e13290. <https://doi.org/10.1111/csp2.13290>

FERNANDES, I. M.; ZUANON, J.; PENHA, J. PEIXES. In: FERNANDES, I. M.; SIGNOR, C. A.; PENHA, J. (2010) Biodiversidade no Pantanal de Poconé. Cuiabá: Centro de Pesquisa do Pantanal; P.103-117.9

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura (Brasil). (2019). Boletim do Registro Geral do Pescador e Pescadora Profissional – 2024. Boletim Anual – RGP - Volume II. Brasília: MPA. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/Central_Conteudos/copy_of_Boletim_RGP_2024_VOLUMEII_v003.pdf

TOMAS, W. M.; ROQUE, F. O.; MORATO, R. G.; MEDICI, P. E.; CHIARAVALLOTTI, R. M.; TORTATO, F. R.; PENHA, J.; IZZO, T. J.; GARCIA, L. C.; LOURIVAL, R. F. F.; GIRARD, P.; ALBUQUERQUE, N. R.; ALMEIDA-GOMES, M.; ANDRADE, M. H. S.; ARAUJO, F. A. S.; ARAUJO, A. C.; ARRUDA, E. C.; ASSUNÇÃO, V. A.; BATTIROLA, L. D.; ... JUNK, W. J. (2019). Sustainability agenda for the Pantanal wetland: Perspectives on a collaborative Interface for science, policy, and decision-making. *Tropical Conservation Science*, **12**, 1940082919872634. <https://doi.org/10.1177/1940082919872634>